


A autópsia do feminicídio na ficção de Marina Colasanti e Patrícia Melo

Carlos Magno Gomes* 

Na literatura brasileira de autoria feminina do final do século XX e início do XXI, há alguns registros ficcionais de representação do feminicídio. Entre as obras de Lygia Fagundes Telles, destacamos dois contos, no primeiro, “Venha ver o pôr do sol”, da coletânea *Antes do baile verde* (1970), identificamos uma descrição do ponto de vista de um feminicida por meio do julgamento moral da vítima, que é comparada à uma prostituta; tal aniquilamento também é imposto socialmente a Dolly, no conto com o mesmo título, publicado em *A noite mais escura e eu* (1995), que é julgada como uma mulher culpada por ser violentamente estuprada e assassinada após um jantar em sua casa. O castigo dado às duas personagens expõe um ritual social de vigilância da liberdade sexual feminina.

Nélida Piñon também está entre as escritoras pioneiras na representação do feminicídio, ao ironizar a violência masculina como uma forma de comunicação no conto “Sangue esclarecido”, da obra *Sala de armas* (1973). A agressão e a brutalidade do protagonista são usadas como estratégias de dominação ao se comunicar com as mulheres. Tal hostilidade é regada pelo ódio e desprezo pelo corpo feminino. Em *Vozes do deserto* (2004), a autora retoma essa mesma hostilidade como uma das principais causas do ódio do Califa às mulheres, após a traição da Sultana. Como castigo, todas as virgens do reino são obrigadas a se casarem com ele e, logo após a noite de núpcias, são executadas no cadafalso do castelo. Nas duas obras, Piñon desnuda o feminicídio por meio de personagens masculinas que cultuam a virilidade e exercitam a violência como estratégia de intimidação, controle e castigo das mulheres.

Assim, tanto as obras de Telles quanto as de Piñon, pela perspectiva da história literária, têm em comum personagens masculinos, que são impulsionados pelo ódio contra a liberdade feminina¹. Cada uma dessas narrativas, à sua época, apresenta diferentes códigos do repertório de aniquilamento social da mulher. Por suas especificidades estéticas, esses textos nos convidam a repensarmos quais as

* Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília e professor da Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: calmag@bol.com.br.

¹ Esta pesquisa é financiada pelo CNPq e tem como *corpus* obras contemporâneas de autoria feminina das literaturas brasileira e latino-americana, que abordam tanto questões relacionadas ao feminicídio como à violência sexual.

estratégias literárias usadas para denunciar códigos que mantêm vivos valores disciplinadores. Tais códigos dão sustentação à língua espectral, que é atravessada por valores ancestrais que precedem ao processo civilizatório, como argumentado por Norbert Elias (1994). Todavia, insistem em permanecer atrelados aos valores morais.

Cabe destacar que não é só o feminicídio que tem ganhado espaço nas obras de autoria feminina no Brasil, mas também diversos casos de abusos e violências contra a mulher passaram a ser narrados em obras contemporâneas. Eurídice Figueiredo destaca a importância de a escritora falar abertamente sobre os traumas que essas violências provocam (2019, p. 142). Tal estratégia reforça a relevância de se debater temas complexos como o estupro e o feminicídio, dando visibilidade a crimes, que até bem pouco tempo eram aceitos como normas matrimoniais. Nos casos de abusos sexuais, Figueiredo ressalta as peculiaridades descritas por diversas escritoras contemporâneas ao pormenorizarem tanto os estupros matrimoniais, como os abusos incestuosos (2019, p. 143). Nessa forma de fazer literatura, observa-se a preocupação em dar visibilidade para feminicídios e estupros, que durante muito tempo foram silenciados por serem crimes particulares.

Tal postura estética de abordar temas que interessam às mulheres é vista por Lúcia Zolin como uma estratégia de negociação entre o lugar de fala da mulher e suas demandas sociais, já que “as escritoras engendram narrativas a partir de argumentos que, em alguma medida, remetem a sinais da ancestral opressão das mulheres, não no sentido de lhes renderem tributo, mas porque eles, irremediavelmente, integram seu cosmo feminino” (2021, p. 37). Essa memória da violência vem sendo resgatada por diferentes enfoques, proporcionando a ampliação dos temas retratados e abrindo mais espaço à contestação da violência em todos seus sentidos: “a partir da entrada no terceiro milênio que ocorre o que poderíamos chamar de virada nos discursos das escritoras brasileiras. Elas tomam posse do direito de falar a respeito de tudo, inclusive de violência” (ZOLIN, 2021, p. 34).

A partir dessas considerações iniciais, tentaremos identificar quais estratégias estéticas são usadas por Marina Colasanti e Patrícia Melo para questionarem os valores morais que dão sustentação ao feminicídio conjugal. Por projetarem uma visão contestatória desse crime, seus textos podem ser lidos como contracantos, pois, ao explorar o imaginário da violência, apontam para uma literatura de revisão do passado e de normas morais. Nesse sentido, consideramos a literatura que tenta desnudar os perversos e contraditórios códigos do feminicídio como um “contracanto”, quando “postula, como pré-requisito para a sua própria existência, uma certa institucionalização estética” (HUTCHEON, 1989, p.86). Artisticamente, suas narrativas parodiam/ironizam valores patriarcais em torno da violência conjugal.

Tais particularidades estéticas explicitam os perversos valores morais que normatizam os casos de feminicídio. Assim, para construirmos nossa argumentação em torno da autópsia literária desse crime, dividimos este artigo em três tópicos. No primeiro, será apresentado um panorama de como essa violência é sustentada

por códigos espectrais; no segundo, será comentado como a honra é dessacralizada por Colasanti, na coletânea *Contos de amor rasgados* (1986), ao descrever maridos feminicidas em busca da honra perdida. No terceiro, analisaremos como Patrícia Melo propõe a autópsia da impunidade dos feminicídios, em *Mulheres empilhadas* (2019), obra que questiona os atenuantes jurídicos e a culpabilização das vítimas. A seguir, detalharemos como a língua espectral do feminicídio é definida para este artigo a partir das confluências de conceitos de Agamben e Segato.

A linguagem espectral do feminicídio

Os casos de feminicídios não têm uma única causa, pois advêm de diversos fatores culturais e políticos. Rita Laura Segato (2005) reconhece que a violência contra a mulher faz parte de uma linguagem própria de uma “confraria machista”, que é entendida entre todos aqueles que praticam atos de violência contra as mulheres: “atos de violência se comportam como uma língua capaz de funcionar eficazmente para os entendidos, os avisados, os que a falam ainda quando não participem diretamente na ação enunciativa” (SEGATO, 2005, p. 277). Já Lia Zanotta Machado (2019) constata que o fato de o feminicídio ter sido relativizado pelas leis brasileiras, nas últimas décadas, ainda é necessário um longo percurso para acabarmos com os atenuantes desses crimes. Por sua vez, as pesquisadoras Lourdes Bandeira e Maria José Magalhães (2019) apontam que o discurso de aniquilamento do corpo feminino ainda está presente nos meios de comunicação na forma como alguns noticiários insinuam a culpa da vítima nos jornais do Brasil e de Portugal.

O feminicídio conjugal, por estar relacionado aos costumes e à vida privada, tem particularidades que o diferencia de outros tipos de homicídios, pois é praticado especificamente contra a mulher, por questões de gênero. Esse crime envolve diferentes agressões e traumas às vítimas que são submetidas a relacionamentos abusivos, violando “sua integridade física e emocional, seu direito à vida, à liberdade, além de submetem-nas a formas de tortura e de tratamentos cruéis, desumanos e degradantes da exploração sexual” (BANDEIRA; MAGALHÃES, 2019, p. 50).

No imaginário da literatura brasileira, “Venha ver o pôr do sol”, de Lygia Fagundes Telles, aborda esse modelo de castigo ao descrever um feminicida, que desqualifica sua ex-companheira para justificar a punição imposta. Tal atitude é comum a sujeitos corroídos pelas larvas fantasmagóricas da perda da posse do corpo feminino, visto que “as larvas têm de simular-se um futuro para darem lugar, na realidade, a um despeito obsessivo perante o seu passado, à sua incapacidade de se saberem consumadas” (AGAMBEN, 2010, p. 54). Ao expor o cinismo do protagonista, o conto de Telles aponta o pertencimento obsessivo do corpo da mulher como uma marca da língua espectral da violência (GOMES, 2019).

Nélida Piñon também propõe a representação desse crime de forma contestatória no conto “Sangue esclarecido”, cujo protagonista não é nomeado e sua trajetória é guiada pela linguagem misógina. Ele abandona a casa materna e parte em

busca de aventuras, porém não consegue corresponder aos cuidados de suas anfitriãs, mostrando-se expropriado da linguagem civilizatória, uma vez que a língua é “a primeira e última condição de pertencimento”, a língua é também “a experiência de expropriação, de uma irreduzível expropriação”(DERRIDA, 2003, p.79). Por esse olhar, identificamos a ironia, que está presente no título “sangue esclarecido”, como uma estratégia estética que desnuda a violência masculina como código espectral de dominação (GOMES, 2020).

Portanto, seja pelo questionamento de valores morais, seja pela ironização da virilidade agressiva, reconhecemos que tanto em “Venha ver o pôr do sol”, como em “Sangue esclarecido”, há indícios de representações genealógicas da língua espectral do feminicídio em textos literários de autoria feminina. Tais sinais disciplinadores insistem em voltar, deixando seus “signos”, “marcas”, “nomes cifrados”, “monogramas”, reconhecidos pelos interesses de um grupo (AGAMBEN, 2010, p. 52). Nesse caso, a linguagem da violência está vinculada ao repertório machista de rebaixamento do corpo feminino, que é naturalizado por “expressões de uma estrutura simbólica profunda que organiza nossos atos e nossas fantasias e confere-lhes inteligibilidade” (SEGATO, 2005, p. 270).

Lia Zanotta Machado reconhece que esse repertório é regulamentado por diferentes “relações de poder”, pela “desvalorização” do corpo feminino e pela “desqualificação profissional” da mulher (2017, p. 44). Além disso, a violência conjugal está relacionada a questões culturais e valores morais de longa data, “que inclui abusos verbais e físicos e uma extensa gama de manifestações de violência e privações a que as mulheres são submetidas ao longo de suas vidas” (PASINATO, 2011, p. 224).

Portanto, tais princípios são juridicamente inaceitáveis, pois se opõem aos dilemas civilizatórios e aos direitos e garantias individuais, quando abordamos a “desigualdade social entre os sexos”, já não é o marido/companheiro, “enquanto indivíduo”, que concede a liberdade a uma mulher, uma vez que sua liberdade “se fundamenta na estrutura da própria sociedade” (ELIAS, 1994, p. 184). Levando em conta tal princípio, ao selecionarmos obras de autoria feminina que retomam códigos morais, constatamos que a violência conjugal está atravessada pelo perverso imaginário da “ordem do pai”, que ainda é aplicado nas punições contra esposas e ex-companheiras (PASINATO, 2011, p. 230).

Assim, contrapondo-se às conquistas jurídicas, que coíbem o repertório da violência contra a mulher, o imaginário patriarcal explora a disciplinadora linguagem da punição como eco do passado, que “não podemos falar, mas que à sua maneira vibra e acena e sussurra” (AGAMBEN, 2010, p. 55). Para os defensores desses códigos, o castigo exemplar da mulher ainda pulsa como uma normatização do corpo e é praticada por um grupo, cujos “atos de violência se comportam como uma língua capaz de funcionar eficazmente para os entendidos” (SEGATO, 2013, p. 31). Na continuidade, passamos a debater como a questão da honra é descrita esteticamente como um código espectral na ficção de Marina Colasanti.

As contradições da honra

Após as reflexões acerca de valores sociais que normatizam o feminicídio, passamos a analisar as regulações morais do casamento e suas contradições civilizatórias a partir dos escritos de Marina Colasanti. Em sua ficção, a violência conjugal é praticada por homens que tentam resgatar a moral perdida, mas são pegos de surpresa por contradições comportamentais como acontece nos contos “Com a honra no varal” e “Uma questão de educação”, da obra *Contos de amor rasgados* (1986), que foi publicada no contexto da luta feminista para que os direitos da mulher fossem contemplados pela Constituição de 1988. Antes de seguir esse debate, vamos fazer algumas reflexões sobre a omissão social, presente no conto “Porém igualmente”, da coletânea *Um espinho de marfim e outras histórias* (1999).

Particularmente, nessa narrativa, Colasanti descreve o quanto o silêncio e a indiferença da família e dos vizinhos contribuem para o final trágico da protagonista, que é agredida cotidianamente: “o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela. D. Eulália rompeu em asas o voo de sua trajetória” (COLASANTI, 2012, p. 41). Por fazer parte da vida privada, a violência é relativizada quando praticada pelo marido, expondo uma ensurdecadora omissão em torno das agressões sofridas por D. Eulália. Ao se calarem, todos se omitem e, apesar de se solidarizar com a vítima, não conseguem ajudá-la.

Tal configuração de normas sociais nos aponta para uma sociedade em que o exercício da agressão é banalizado como um código matrimonial. Tal relativização funciona como uma cortina de fumaça em torno desse crime, que é regulado por princípios ancestrais: “defesa da harmonia familiar, da harmonização e da pacificação, transformando os conflitos e violências de gênero como bagatelas” (MACHADO, 2017, p. 44). O conto de Colasanti também nos chama à atenção para a importância da denúncia, quando se usa um argumento paradoxal no título, que vai de uma conjunção adversativa a um advérbio de igualdade, ironizando que, mesmo questionado pelos atores sociais, o feminicídio tem uma lógica que é fortalecida pela omissão.

Tal provocação está reforçada no final desse miniconto: “Porém igualmente se surpreenderam” (COLASANTI, 2012, p. 41). Essa opção estética revisa a cultura de que a esposa pode ser espancada, desde que seja para discipliná-la. Além disso, ao representar a omissão social, a autora nos alerta para a identificação das agressões que antecedem às tragédias familiares. O tom irônico do conto reforça sua postura questionadora e abre espaço para incluirmos a omissão social como um código espectral, já que, em muitos casos, o feminicídio é o desfecho das agressões cotidianas conforme alerta Pasinato (2011).

Retomando o debate em torno dos valores morais por trás do feminicídio, passaremos a comentar como a perda da honra é usada como justificativa por maridos traídos. Por exemplo, no conto “Com a honra no varal”, o feminicídio é praticado como uma permissão para matar, visto que o esposo usa o código da

honra como um contrato social assimilado culturalmente: “preparando-se para abrir o nicho na parede, não tinha dúvida: a esposa adúltera seria emparedada viva” (COLASANTI, 2010, p.185). Ao registrar um personagem que julga sua esposa como culpada por não “submeter-se às ordens do marido”, essa narrativa possibilita um debate acerca da “provocação (in)justificada” para que esse marido possa puni-la (MACHADO, 2019, p.8).

Na ficção de Colasanti, a linguagem espectral da honra vai sendo retomada de forma irônica como algo que deve ser reconquistado pelo marido traído: “quando com lavada honra deitar-se entre lençóis, saberá, orgulhoso de si, que recompôs o destino por um instante ameaçado” (COLASANTI, 2010, p.185). Tal atitude é comum a sujeitos corroídos pelo ciúme e posse do corpo da esposa. Essa posse é um discurso larval, que, conforme Agamben, se nutre de um “sentimento obsessivo do seu passado”, sem aceitar as modificações dos relacionamentos (2010, p. 54).

Ao tentar justificar a morte da esposa, o marido deixa pistas de seus valores religiosos, referindo-se ao pecado da esposa: “a abertura estará pronta, faltando apenas preenchê-la com a mulher e seu pecado” (COLASANTI, 2010, p.184). Assim, a punição vai sendo exposta como um ato bem planejado e se opõe ao discurso atenuante de que o assassino agiu sob “influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima” (BANDEIRA; MAGALHÃES, 2019, p.42). No campo estético, esse atenuante é rejeitado, pois as justificativas do criminoso são despidas e sua máscara cai ao identificar um planejamento minucioso que envolve prazer e recompensa.

Ao ironizar o feminicídio como um crime privado, a autora nos alerta para o quanto esses códigos morais são traiçoeiros e prejudicam a liberdade da mulher, visto que “o processo civilizador, a despeito da transformação e aumento das limitações que impõe às emoções, é acompanhado permanentemente por tipos de libertação dos mais diversos” (ELIAS, 1994, p.184). Assim, dessacralizando o feminicídio como “roupa suja que se lava em casa”, Colasanti questiona uma “estrutura de poder que passa pelas relações de gênero” e reforça o imaginário da honra como desculpa para o feminicídio (MACHADO, 2019, p.8).

Tal questionamento do descontrole emocional do assassino também é detalhado no conto “Uma questão de educação”, que retoma o debate em torno da justificativa da honra para o feminicídio: “Quando ela entrou, decapitou-a com o machado” (COLASANTI, 2010, p. 203). Mais uma vez, o possível descontrole masculino é desmontado por um longo ritual macabro de assassinato a sangue frio, passando pelo prazer de o criminoso saborear a vítima como seu triunfo: “Depois recolheu a cabeça e antes que todo o sangue escapasse pelo pescoço truncado, jogou-a na panela. Picou a cebola, os temperos, acrescentou água, e começou a cozinhar a grande sopa” (COLASANTI, 2010, p.203).

Os detalhes desse feminicídio assustam, mas a brutalidade da cena expõe o terror que envolve os feminicídios conjugais e o ódio à mulher, que vem camuflado

pela tentativa de reparar certa honra perdida pelo assassino. A forma como o ódio reverbera na cena deixa pistas da autópsia construída no campo estético por Colasanti, reforçando o poder de questionamento e a revisão dos valores morais que esse conto carrega.

O famigerado discurso da honra e do agir sobre forte emoção, tão presentes nos atenuantes desse crime, é ironizado no campo estético, quando o narrador descreve o motivo pelo qual o criminoso não ingere sua sopa: “Nunca, desde pequeno suportara a visão de cabelos na comida” (COLASANTI, 2010, p. 203). Ao construir um feminicida sensível a um valor de etiqueta, o conto nos convida a repensar os absurdos em torno do descontrole emocional ou da honra ferida por parte do criminoso. O comportamento contraditório do assassino, que só pensa quando se trata de preservar seus valores educacionais, pode ser visto como uma performance paródica da literatura de Colasanti, que, ao resgatar os velhos fantasmas da tradição patriarcal, projeta uma voz própria de um “contracanto”, isto é, de um “modelo caricato” (HUTCHEON, 1989, p. 70), pois explora as regras de etiqueta à mesa como oposição à perversidade do assassino, destacando o quanto o criminoso consegue raciocinar e fazer opções apenas quando lhe interessa.

Nessa trilha de raciocínio, consideramos que Colasanti desnuda a barbárie da violência conjugal ao ironizar a obsolescência da honra que relativiza o feminicídio, como um crime de descontrole emocional. Esse modelo performático de deslocamento das justificativas para esse crime nos impulsiona a questionar quaisquer resquícios jurídicos que ancoram na inaceitável “permissão de matar” que é sustentada pelo imaginário da vingança matrimonial. A seguir, passaremos a analisar como Patrícia Melo desnuda o ódio, presente em casos reais, que aconteceram na segunda década do século XXI.

A autópsia moral dos crimes

Se no universo de Colasanti o feminicídio é retratado por meio de um modelo paródico, enfatizado pelas opções estéticas, Patrícia Melo desponta com um novo olhar para esse crime a partir do entrecruzamento entre casos noticiados em jornais e a trama ficcional de *Mulheres empilhadas* (2019). Trata-se de uma obra que esmiúça o ódio por traz de cada crime, demandando novas reflexões e tomadas de atitudes diante de códigos morais que contribuem para essa mortandade de mulheres. Em geral, os crimes são praticados por homens que não aceitam o fim de um relacionamento.

Vale lembrar que Patrícia Melo tem em sua obra, uma galeria de personagens machistas. Entre eles, destaca-se o criminoso Máiquel, de *O matador* (1995), que reaparece como um homem em busca de vingança, em *Mundo perdido* (2006). Na primeira obra, ele estupra Cledir e, depois de casados, mata-a para ficar com a amante, Érica. Na segunda, dez anos depois, ainda foragido, ele faz uma perseguição acirrada à Érica com a justificativa de reaver a filha sequestrada, Samanta.

Nessas obras, Máiquel explora o repertório da força e da brutalidade como uma extensão de sua masculinidade. Esteticamente, a ironia está presente nas características exageradas desse protagonista, que age por pulsão e para impor sua virilidade como norteadores de sua identidade.

Em *Mulheres empilhadas*, Melo explora o entrecruzamento de dados reais com a sua produção ficcional. A coleta de informações é muito importante para a conclusão desse projeto literário. Nos agradecimentos aos profissionais da área do jornalismo e do direito, que contribuíram para a coleta desses dados, a autora reconhece o quanto está havendo um esforço do judiciário para punir de forma exemplar os casos de feminicídios. Ela também faz referência aos mutirões de julgamentos promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com os Tribunais de Justiça dos estados, em 2018².

Por ter uma tênue fronteira entre literatura e realidade, a narrativa de Melo se aproxima do que Josefina Ludmer considera como um momento de pós-autonomia da literatura, visto que há a necessidade de se tocar em temas mais próximos da realidade. Por essa perspectiva, essa obra se projeta como um texto fronteiro: entre o engajamento com a denúncia e a apropriação estética desses crimes, pois integra o real e o ficcional simultaneamente, “una ficción que és realidad” (LUDMER, 2009, p.43). Tal particularidade estética pode ser considerada como uma nova estratégia de denúncia da violência estrutural contra as mulheres.

Nessa obra, observamos uma proposta de ampliação das relações entre o texto literário e casos reais, já que é um romance composto por três planos que se complementam. No primeiro, a indicação é feita por números arábicos e traz casos reais de feminicídios de diferentes estados brasileiros, nomeando a vítima e descrevendo os motivos fúteis que antecederam o crime; no segundo, a nomeação é feita por letras do alfabeto latino e descreve a jornada da narradora, uma advogada paulista, pelo estado do Acre, para participar do mutirão de julgamentos; e, no último, indicado por letras do alfabeto grego, há um plano que mescla cenas da narradora na floresta com índias amazonas e seus encontros oníricos promovidos pelo uso de plantas alucinógenas. Esses três planos são amarrados pelo caderno de feminicídios da narradora, como explicaremos mais adiante.

Por não ter um nome próprio, a narradora condensa a voz das mulheres que sofreram violência. Ela termina seu relacionamento com Amir, após levar um tapa na cara e é atormentada pela lembrança do feminicídio da mãe. Engajada com a luta pelos direitos da mulher, a narradora alerta ao leitor sobre os absurdos números que fazem parte dessa tragédia no Brasil: “Vamos falar sobre matança autorizada de mulheres... Dez mil casos de feminicídios nos tribunais, sem solução. Este é o meu tema” (MELO, 2019, p. 24). Para esta análise, vamos focar nos casos re-

² Em seus agradecimentos, a autora deixa pistas que sua obra nasce de uma pesquisa que contou com colaboradores como Emily Sasson Cohen, Misha Glenny e Eva Evangelista, entre outros (MELO, 2019, p. 237-238).

ais de feminicídios enumerados pela narradora na tentativa de aproximá-los dos exemplos ficcionalizados por Colasanti.

A questão dos atenuantes é duramente criticada nessa obra, quando enfatiza que as diminuições de pena promovem a sensação de que o crime compensou, uma vez que os assassinos passam pouco tempo presos ou conseguem se livrar da pena, alegando doenças psiquiátricas. Como afirma a narradora: “Não lembro de nada, eles dizem. Tenham piedade de nós, eles argumentam: somos epiléticos. Somos bipolares em grau máximo. Somos esquizofrênicos” (MELO, 2019, p. 88). Para a protagonista, esses criminosos são normais e querem apenas um atenuante para ficarem soltos, reforçando a sensação de impunidade que paira sobre muitos casos.

Por esse olhar, *Mulheres empilhadas* nos convida a repensarmos as relativizações jurídicas em casos de violência contra a mulher. Ela destaca também que, em muitos casos, assassinatos que passam décadas sem julgamento, são concluídos rapidamente, beneficiando o feminicida que consegue contratar excelentes advogados: “réus brancos, defesa paga. Estes foram absolvidos. Dalton e Reinaldo se safaram. Um era comerciante, outro dentista. Um rico, outro milionário. Livres” (MELO, 2019, p. 73).

A narradora continua essa reflexão após ter vídeos íntimos divulgados pelo ex-namorado, quando ela não aceita sua proposta para reatarem: “Nem psicopata. Nem *homo constantissimus*. Amir é *homo medius*. Sente ciúmes. Não tolera traição. Nem desobediência. Nada o desabona. Profissional exemplar. Cidadão do bom trato. Eleitor do atual presidente. Palmas para ele” (MELO, 2019, p. 112). Essa postura irônica e contestatória dá o tom da obra, que reconhece o ódio à mulher como o principal motivo dos crimes de gênero: “tive a total compreensão do que estava acontecendo. Eu estava sendo queimada na fogueira. Como uma bruxa. Amir, o canalha, que não tinha conseguido me matar fisicamente, tentava me queimar na fogueira virtual” (MELO, 2019, p. 159).

Tal visão dos códigos culturais que sustentam a violência reconhece que, além do feminicídio, a calúnia e o aniquilamento são práticas comuns entre os agressores. Eles inferiorizam suas ex-companheiras para justificar suas barbaridades. Em um estudo sobre o imaginário do corpo feminino na literatura de autoria feminina, Elódia Xavier identificou o “corpo caluniado” como todo aquele que é rebaixado por um companheiro que tem o interesse em difamar a mulher. Nesses casos, o desrespeito impera e causa “estrágos irre recuperáveis” para as vítimas (XAVIER, 2021, p. 220).

Na obra de Melo, o “corpo caluniado” passa a ser explorado como uma estratégia para desmascarar o agressor, visto que a narradora consegue superar o trauma ao encará-lo de frente e falando abertamente em redes sociais do crime que sofreu. Mais uma vez observamos a preocupação dessa obra em fazer referências a estratégias plausíveis para o enfrentamento dos diferentes tipos de violência contra a mulher. Por ser exposta publicamente como uma vadia, consideramos que

se trata de um “corpo supliciado”, visto que a exposição do corpo da narradora é também uma forma de puni-la (GOMES, 2021).

Nos casos de feminicídio reais, relatados, observamos que a perversidade continua sendo usada como estratégia para impressionar os familiares das vítimas. Como no exemplo do marido que esconde o corpo da companheira na geladeira: “DA SIMPLES ARTE DE MATAR UMA MULHER 1: o cadáver da mulher/Engel Sofia Pironato, 21 anos,/de quem ele estava se separando,/e que ele estrangulou/num mata-leão bem dado,/depois de uma discussão acalorada,/naquela manhã de segunda-feira” (MELO, 2019, p. 184-185). Nesses recortes de jornais, o olhar de denúncia pode ser observado na forma como essa notícia é incorporada ao romance em letras garrafais, expondo a mordaz ironia do título: “Simples arte de matar uma mulher”, uma vez que se refere a um crime premeditado e executado de forma planejada, opondo-se ao atenuante do motivado pelo forte descontrole emocional.

Conforme Bandeira e Magalhães, esse imaginário da posse é recorrente em tais crimes e está relacionado à premissa do “pertencimento corporal” da esposa por maridos/companheiros que acreditam ter propriedade do corpo daquela que ele escolheu conforme os contratos simbólicos de sociedades patriarcais (2019). Assim como nos contos de Colasanti, observamos que nos crimes reais, a contradição do descontrole emocional e da busca de certa honra perdida fica registrada na forma como o criminoso planejou arrumar a geladeira para depositar o corpo da esposa: “O certo mesmo é que ele retirou as prateleiras/da geladeira,/as de cima e as de baixo,/para colocar ali dentro,/(no lugar reservado aos *tupperwares* / com restos de comida - e água gelada /e arroz velho, e pepino azedo), /o cadáver da mulher” (MELO, 2019, p. 184-185). Dentro desse repertório de punição, prevalece a perversa ordem hegemônica do pai.

Além dessas contradições, o ódio contra a mulher parece ser a única justificativa plausível. Na obra de Melo, em diversas passagens do primeiro plano, temos casos em que não houve nenhum tipo de clemência para a mulher com quem o criminoso teve relação afetiva: “TRT, /cabelos lisos e castanhos, /íris idem, /o exame necroscópico apura/corpo em rigidez muscular generalizada/onze feridas, /com bordos regulares em:/Tórax direito (2 cm) / Braço direito (2 cm, 0,5 cm)” (MELO, 2019, p.38). Esse é o quinto caso real incorporado pela obra e está intitulado em letras garrafais “MORTA PELO EX-NAMORADO”, os detalhes da ficha do inquérito policial reforçam que o repertório do crime é atravessado pela misoginia. Esse corpo exposto em uma mesa de autópsia deixa pistas do quanto a obra procura esmiuçar as causas das execuções femininas. Nesse crime, o corpo vazado por balas é também um corpo vazado pelo ódio que vem à tona, quando a mulher faz opções que contrariam seu agressor. Pela perspectiva de Agamben, sem aceitar as normas de princípios civilizatórios, esse sujeito pratica um ritual de brutalidade inexplicável do passado e nos envia “sinais” que são “insuportáveis aos ouvidos da modernidade” (2010, p. 54), mas que infelizmente continuam ecoando no pre-

sente. Por essa perspectiva, constatamos que o castigo da companheira é respaldado, acima de tudo, pelo ódio ancestral.

Além da brutalidade dessa linguagem, Melo também destaca, assim como fez Colasanti em “Porém igualmente”, o quanto a sociedade é omissa ao não socorrer/proteger as vítimas antes do final trágico, como acontece no caso do feminicídio de Daniela Eduarda Alves: “Morta pelo marido em parceria com o Estado... estava morta havia vinte minutos” (MELO, 2019, p.136). Esse caso destaca a atuação dos vizinhos que ligaram para polícia, mas dessa vez quem chegou atrasada foi a polícia. Assim, Melo lembra que é ainda preciso ampliar e tornar mais eficientes as formas de assistência à vítima. No plano ficcional, a narradora passa pelo processo de libertação dos traumas que teve com o feminicídio da sua mãe. Ela só consegue chegar aos detalhes do crime depois de várias viagens no plano onírico junto com as índias Amazonas. Em um desses episódios, ela consegue resgatar a memória da infância. Ao recordar a forma como seu pai camuflou o feminicídio da mãe por meio de um acidente de trânsito, ela reconhece nas atitudes do seu progenitor o mesmo cinismo premeditado dos feminicidas, que fazem parte dos recortes de jornais.

Nessa parte da obra, observamos que os planos narrados se misturam, pois a protagonista enumera tantos os casos à sua volta, como os que ela recortou dos jornais e que estavam colados em seu caderno de feminicídios: “A pilha é imensa./A pilha é monstruosa./A pilha é ultrajante./Já estou aos prantos/Quando vejo/Soterrada,/Embaixo da montanha de mulheres/assassinadas,/a minha/Mãe” (MELO, 2019, p. 208-209). Nessa montanhosa pilha, além do corpo da índia Txupira, que atravessa a maior parte da narrativa, está amontoado o da promotora Carla e o da mãe da narradora, entre os diversos corpos de mulheres assassinadas por seus companheiros, que foram expostos pelos jornais brasileiros.

Ao romper as fronteiras entre os planos narrados, denunciando o quanto a ficção se confunde com a realidade, a narradora de *Mulheres empilhadas* reproduz um desejo coletivo de repensarmos sobre a gravidade desse crime. Esteticamente, essa obra tem uma peculiaridade que a difere das obras anteriores ao trazer à tona o trauma de uma filha que perde de forma inesperada a mãe. Por tal estratégia, a narrativa de Melo abre uma nova perspectiva para o repertório desse crime na literatura brasileira: o trauma e o luto pela perda brutal de uma mãe, filha, irmã³.

Assim, consideramos que a obra de Melo reivindica um novo olhar para essa barbárie e demanda uma reflexão sobre o luto que essas mulheres merecem. Ao representar uma narradora que questiona as formas de relativização do crime, as injustificadas desculpas e os atenuantes penais, Melo reforça que temos que ir além do questionamento do repertório espectral desse crime para desconstruir seu ima-

³ Na literatura canônica, há casos de feminicídio que são descritos como um ato de descontrole do marido que não aceita a traição da esposa. Por isso, são assimilados socialmente como um castigo moralizador como acontece em *Menino de engenho* (1932), de José Lins do Rego e *Gabriela Cravo e canela* (1958), de Jorge Amado.

ginário machista de legitimação. Lia Zanotta Machado destaca que é necessário nomear e reconhecer todo o repertório do feminicídio para nos opormos “à estrutura invisível do poder masculino e que legitima antecipadamente novos assassinatos” (2019, p. 11).

Considerações finais

Para concluir, destacamos que tanto os contos “Porém igualmente”, “Com a roupa no varal” e “Uma questão de educação”, de Marina Colasanti, como o romance *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo, articulam, a seu modo, a revisão da língua espectral do feminicídio. Se para Colasanti, no final do século XX, o modelo paródico era a principal estratégia disponível para a contestação, para Melo, o desnudamento moral desse crime foi possível em razão dos avanços nos direitos da mulher e na homologação de leis que punem as particularidades desse crime como a lei Maria da Penha (2006) e a lei do Feminicídio (2015).

Essas narrativas contestaram a premissa da honra e do código do castigo exemplar, que fazem parte do repertório simbólico do feminicídio conjugal. Tanto Colasanti, como Melo expõem personagens masculinos que vão na contramão da premissa civilizatória do diálogo, já que o “autocontrole” deixa de ser praticado por aquele que não respeita hábitos internalizados pela civilização para praticar normas obsoletas de conduta social (ELIAS, 1994, p. 106). As diferentes formas de impunidade são vistas como extremamente perigosas, pois reforçam a sensação de que os criminosos podem pegar penas brandas, como destaca Melo, em um caso recortado do jornal: “o assassino enviou uma/mensagem/pelo WhatsApp:/ “vou viver a minha vida, mas você não vai/viver a sua” (2019, p. 18). Tal forma de questionar esse crime é inovadora, pois aponta esteticamente para uma produção literária engajada com temas atuais, visto que as escritoras “negociam sua posição de mulher e suas experiências femininas no processo de escritura do texto literário” (ZOLIN, 2021, p. 37).

No plano estético das obras analisadas, o gozo pela punição é ridicularizado. Em Colasanti, os valores morais do feminicídio são deslocados para expor a tirania da execução sumária da esposa pela prática de uma masculinidade espectral. Na ficção de Melo, observamos um interesse em vincular dados reais à produção literária para denunciar a gravidade desses crimes. Em comum, tais obras expõem os códigos espectrais do crime: a omissão do estado, a misoginia que circula na cena do crime e a impunidade ainda presente em muitos julgamentos.

Portanto, a contestação do imaginário da honra configura-se em uma autópsia moral do feminicídio na literatura das duas escritoras. Tal questionamento tanto está presente no olhar irônico dos narradores de Colasanti, como no engajamento feminista da protagonista de Melo. À sua época, tais modelos estéticos podem ser vistos como exemplos de uma literatura que refuta qualquer tipo de insinuação

de que a vítima teve parte no seu próprio homicídio, desmascarando o ódio à mulher como a principal causa desse crime herdeiro do disciplinador imaginário patriarcal.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. Da utilidade e dos inconvenientes do viver entre espectros”. In: AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D’água, 2010, p. 51-56.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; MAGALHÃES, Maria José. A transversalidade dos crimes de feminicídio/femicídio no Brasil e em Portugal. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 29-56, 2019. Disponível em: <<http://revista.defensoria.df.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/32>>. Acesso em 10 fev. de 2022.
- COLASANTI, Marina. *Contos de amor rasgados*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- COLASANTI, Marina. *Um espinho de marfim e outras histórias*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. Tradução de Antonio Ramane. São Paulo: Escuta, 2003.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.
- FIGUEIREDO, Eurídice. Violência e sexualidade em romances de autoria feminina. *Interdisciplinar - Revista de Estudos de Língua e Literatura*, São Cristóvão, UFS, v. 32, jul.-dez., p. 137-149, 2019.
- GOMES, Carlos Magno. Os espectros do feminicídio em Lygia Fagundes Telles. *Revista Araticum*, Montes Claros, Unimontes, v. 19 n. 1, p. 23-38, 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/article/view/106/111>>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- GOMES, Carlos Magno. A hostilidade do feminicídio em Nélide Piñon. *Acta Scientiarum Language and Culture*, Maringá, Universidade de Maringá, n. 42, v. 1, p. 01-09, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/52167>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- GOMES, Carlos Magno. O corpo feminino como intertexto moral do feminicídio. *FronteiraZ*, PUC SP, São Paulo, v. 26, p. 150-164, 2021. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/53384/pdf>>. Acesso em 10 de mar 2022.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Trad. Teresa Pérez. Lisboa: Edições 70, 1989.

LUDMER, Josefina. Literaturas postautónomas. *Propuesta Educativa*, n. 32, v. 12, año.18, nov. 2009, p. 41-45. Disponível em: <<http://propuestaeducativa.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2019/12/32-dossier-Ludmer.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

MACHADO, Lia Zanotta. Violência contra as mulheres: diálogos entre feminismo e ciência social. In: DIAS, Alfrancio *et al.* (Orgs.) *A transversalidade de gênero na produção do conhecimento e nas políticas públicas*. Aracaju: Editora IFS, 2017. p. 37-54.

MACHADO, Lia Zanotta. Féminicide: nommer pour exister. *Brésil(s)*, Institut des Sciences Humaines et Sociales du CNRS, Paris, v. 16, 2019, p. 01-21. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/bresils/5576>>. Acesso em 17 jan. 2020.

MELO, Patrícia. *Mulheres empilhadas*. São Paulo: leYa, 2019.

PASINATO, Wânia. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, v. 37, 2011, p. 219-246.

PIÑON, Néida. Sangue esclarecido. In: PIÑON, Néida. *Sala de armas*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, v. 13, n. 2, 2005, p. 265-285. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ref/a/cVyTVdFx8FVgcppK7QNQr4B/?lang=pt>>. Acesso em 30 abr. 2022.

TELLES, Lygia Fagundes. Venha ver o pôr do sol. In: TELLES, Lygia Fagundes. *Antes do baile verde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

XAVIER, E. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

ZOLIN, Lúcia Osana. Elas escrevem sobre o quê?: temáticas do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. *Interdisciplinar - Revista de Estudos de Língua e Literatura*, São Cristóvão, UFS, vol. 35, n. 1, p. 13-40, jan./jun. 2021. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/15685>>. Acesso em 20 de abr. 2022.

Recebido em 1º de maio de 2022.

Aprovado em 7 de junho de 2022.

Resumo/Abstract

A autópsia do feminicídio na ficção de Marina Colasanti e Patrícia Melo

Carlos Magno Gomes

Este artigo traz um estudo sobre as diferentes formas como o feminicídio conjugal está representado nas narrativas de Marina Colasanti e Patrícia Melo. Para es-

sas autoras, o repertório do feminicídio está relacionado a valores misóginos, que entrecruzam o culto da honra masculina e o ódio à mulher advindo da tradição patriarcal conservadora. Nesse tipo de crime, há um conjunto de códigos, compartilhados coletivamente, que fazem parte de uma língua espectral, conforme Giorgio Agamben (2010). Entre tais códigos, destacamos “permissão de matar”, conforme Lia Zanotta Machado (2019); “confraria machista”, articulada por Rita Segato (2005); e “aniquilamento simbólico”, segundo estudos de Lourdes Bandeira e Maria José Magalhães (2019). Nesta discussão identificamos como Colasanti e Melo questionam a permanência desses códigos por meio uma autópsia moral do feminicídio.

Palavras-chave: valores morais, violência contra a mulher, literatura contemporânea.

The autopsy of femicide in the fiction of Marina Colasanti e Patrícia Melo

Carlos Magno Gomes

This article presents a study on the different ways in which conjugal femicide is represented in the narratives of Marina Colasanti and Patrícia Melo. For these authors, the repertoire of femicide is related to misogynistic values, which intertwine the cult of male honor and the hatred of women arising from the conservative patriarchal tradition. In this type of crime, there is a set of codes, shared collectively, that are part of a spectral language according to Giorgio Agamben (2010). Among them, we highlight: “permission to kill”, according to Lia Zanotta Machado (2019); “macho brotherhood”, articulated by Rita Segato (2005); and “symbolic annihilation”, according to the studies by Lourdes Bandeira and Maria José Magalhães (2019). In this discussion, we identify how Colasanti e Melo questions the permanence of these codes through a moral autopsy of femicide.

Keywords: moral values, violence against women, contemporary literature.